

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CULTURAL
NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA:
uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos**

*CULTURAL AND TERRITORIAL DEVELOPMENT POLITICS IN THE
VITÓRIA DA CONQUISTA IDENTITY TERRITORY: one geographic
analysis of projects and researches location logic*

*POLÍTICAS DE DESARROLLO TERRITORIAL Y CULTURAL EN EL
TERRITORIO DE IDENTIDAD DE VITÓRIA DA CONQUISTA: un
análisis geográfico de la lógica de localización de los proyectos y recursos*

JÚLIA MONTEIRO

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.
Rua José Lima, n. 26, Pituáçu, Salvador-Bahia, CEP: 40.000-000.
E-mail: jjumalulu@yahoo.com.br

ANGELO SERPA

Professor associado da Universidade Federal da Bahia.
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Endereço postal: Avenida Princesa Leopoldina, n. 359,
Ap. 602, Salvador-Bahia, CEP: 40.150-080.
E-mail: angeloserpa@hotmail.com

Resumo

A Bahia é regionalizada em 2007 por Territórios de Identidade, uma proposta de divisão regional que procura abarcar o sentimento de pertencimento e de identidade dos moradores de cada região. Nesse artigo buscamos analisar como tal processo de regionalização ocorreu, focados na implementação das políticas de desenvolvimento territorial e cultural nos territórios de identidade e sua articulação com as diferentes escalas políticas (estadual, regional e municipal), reconhecendo a sabedoria popular e o saber fazer como fontes de pesquisa. Este trabalho procura dar voz aos agentes culturais e aos dirigentes municipais de cultura, assim como aos formuladores das políticas analisadas no âmbito das secretarias estaduais, analisando como estudo de caso o Território de Vitória da Conquista. Foram realizados levantamentos bibliográficos e de dados secundários em bibliotecas, arquivos de jornais e sites de órgãos públicos. Entrevistas foram realizadas durante duas saídas de campo para os municípios de Vitória da Conquista, Poções e Barra do Choça. Conclui-se que os atuais processos de regionalização e de implementação de políticas culturais suscitam diferentes opiniões entre os agentes envolvidos, o que é positivo, fortalecendo e provocando mudanças no processo. Desse modo, o Território de Vitória da Conquista se afirma e se contradiz na medida em que os agentes tomam consciência de suas funções e suas identidades, o

fortalecimento da cultura regional se dando para além das políticas públicas, com a atuação da sociedade e dos artistas que valorizam e mantêm a cultura viva.

Palavras-chave: Política cultural, território de identidade, Vitória da Conquista.

Abstract

Bahia State was divided in Identity Territories in 2007, in a regional division proposal that intends to embody the sentiments of pertaining and identity of each region inhabitants. This article intends to analyses how the region division process happened, with the focus in the territorial and cultural development politics and its link with state, region and municipal politics recognizing popular knowledge and the know haw as research sources. This work intends to give voice to cultural agents and culture municipal managers as well as the politics formulators on the state secretaries, analyzing the case of Vitória da Conquista Territory. There were bibliographic and secondary data gatherings on libraries, newspapers archives and public agencies sites. Also there were made interviews twice in Vitória da Conquista, Poções and Barra do Choça cities. The conclusion is that there are different opinions enter the involved agents about the current process of region division and cultural politics development, that is positive to enforce and provoke changes on process. Thus the Vitória da Conquista Territory affirms and contradicts itself while the agents become conscious of their functions and identities and the enforcement of regional culture becoming with the society and artist performances that gives value and keeps the culture alive more than the public politics.

Key-words: cultural politics, identity territory, Vitória da Conquista.

Resumen

El Estado de Bahía fue regionalizado en 2007 según Territorios de Identidad, una propuesta de división regional que busca tomar en cuenta el sentimiento de pertenencia e identidad de los habitantes de cada región. Este trabajo de investigación busca analizar cómo tal proceso de regionalización ocurrió, enfocado en las políticas de desarrollo territorial y cultural en los Territorios de Identidad, así como su articulación con las diferentes escalas políticas (Estadual, Regional y Municipal), reconociendo la sabiduría popular y la experiencia local como fuentes de conocimiento. Este trabajo procura dar voz a los agentes culturales y a los dirigentes municipales de cultura, así como a los formuladores de las políticas analizadas en el ámbito de las secretarías estatales, analizando como estudio de caso el Territorio de Vitória da Conquista. Fueron realizadas búsquedas bibliográficas y de fuentes secundarias en bibliotecas, archivos de periódico y sitios de instituciones de gobierno. Las entrevistas fueron realizadas durante dos salidas de campo a los municipios de Vitória da Conquista, Poções y Barra do Choça. Se llega a la conclusión que los actuales procesos de regionalización y de implementación de políticas culturales suscitan diferentes opiniones entre los agentes involucrados, lo cual es algo positivo, fortaleciendo y provocando cambios durante el proceso. De esta forma, el Territorio de Vitória da Conquista se afirma y se contradice en la medida en que los actores toman conciencia de sus funciones y sus identidades, en donde el fortalecimiento de la cultura regional es posible, además del aporte de las políticas públicas, por la participación de la sociedad y de los artistas que valorizan y mantienen viva la cultura.

Palabras-claves: políticas culturales, territorio de identidad, Vitória da Conquista.

Introdução

Atualmente o Estado da Bahia é regionalizado por Territórios de Identidade: essa regionalização é fruto de um processo que começa em 2003 e culmina em 2007 com a nova divisão regional do Estado, visando à articulação das políticas estaduais no âmbito das diversas secretarias, a partir de uma mesma regionalização¹. A região é uma criação humana, portanto um processo de regionalização deve combinar diferentes critérios e assim definir as regiões. A nova regionalização do Estado da Bahia coloca o aspecto cultural como eixo central, aplicando um conceito humanista de região. Segundo Corrêa,

a região é considerada como foco de identificação, sendo “definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares”, uma “apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo” e, assim, “um elemento constituinte de uma identidade” (1997, p. 188).

O território de identidade como base para o processo de regionalização carrega um caráter inovador, em termos de políticas públicas. Essa regionalização foi “adaptada” a partir do modelo dos “Territórios Rurais”, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando por um processo de reajuste e diálogo com a realidade baiana. Porém, sobrepondo os mapas das antigas regionalizações, em Regiões Administrativas ou Regiões Econômicas, percebemos, em alguns casos, que os limites dos territórios de identidade são muito próximos dos limites anteriores, estabelecidos através destas regionalizações, principalmente em relação às regiões econômicas. Em alguns territórios os limites são praticamente os mesmos, como nos casos dos territórios de Irecê, Extremo Sul (que permanece com o mesmo nome) e Velho Chico; outras regiões foram apenas divididas, como no caso da região Oeste, que na nova regionalização passa a ser Oeste Baiano e Médio Rio de Contas. Isso nos leva a um questionamento inicial se o critério da identidade foi realmente a chave desta nova regionalização, ou se se trata apenas de um discurso.

Outro questionamento advém do fato de alguns territórios de identidade adotarem o nome do município pólo, ou seja, a identidade de uma região definida a

partir do papel de centralidade que exerce certos municípios no contexto regional, algo que consideramos estranho no contexto das políticas propostas e também criticado por alguns de nossos entrevistados como veremos mais adiante.

Esta pesquisa visa compreender a nova regionalização do Estado da Bahia por Territórios de Identidade e como ela se articula com as políticas culturais. Não é nosso objetivo uma análise minuciosa do processo de regionalização, como já feito por outros autores (DI LAURO *et al*, 2009), bem como pelos pesquisadores do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação (SERPA *et al*, 2011), mas a compreensão deste processo para analisar a implementação das políticas culturais e a interposição de escalas neste processo, assim como a articulação regional da cultura. Aqui, analisaremos como estudo de caso o território de Vitória da Conquista.

Para sistematização em texto desta pesquisa, escolhemos dividir em três partes a apresentação dos resultados, que correspondem a momentos e entrevistados diferentes. A primeira parte corresponde ao primeiro momento da pesquisa, quando entrevistamos o Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Benito Muños Juncal e a ex-Superintendente da Secretaria Estadual de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), Ângela Andrade, buscando traçar um quadro geral da esfera do planejamento territorial e cultural do Estado, e a implementação de políticas públicas culturais nas escalas estadual, regional e municipal.

A segunda parte e também o segundo momento da pesquisa se constituiu na realização e na análise de entrevistas com os dirigentes municipais da cultura: da Secretaria da Cultura Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista, o secretário Gildelson Felício, o coordenador de cultura João Omar Carvalho Melo e o técnico em elaboração de projetos culturais Esmon Primo; o coordenador de cultura de Barra do Choça, Marcos Dias; o representante da cultura de Poções, Valdemir Ferreira; e a representante territorial da SECULT em Vitória da Conquista, Patrícia Moreira. Neste momento procuramos analisar, a partir do âmbito institucional/estatal, como funciona e se articula a implementação das políticas territorial e cultural nas escalas municipal, estadual e regional, na perspectiva dos funcionários públicos responsáveis pela cultura, que exercem o papel de intermediar essas políticas, no âmbito do planejamento e da

¹ Como veremos mais adiante, a nova regionalização foi adotada em 2007 pelo governo do Estado da Bahia, inspirada no modelo de regionalização por territórios rurais adotado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o território nacional.

gestão. Ou seja, da proposta para o âmbito da realização, fazendo a ponte direta dos artistas e agentes culturais com a administração pública, nas escalas regional, estadual e municipal.

A terceira parte e o último momento da pesquisa foi o de conhecer as pessoas que elaboram, criam e realizam a cultura no território, entrevistando os artistas e os agentes culturais dos municípios de Barra do Choça, Vitória da Conquista e Poções. Os entrevistados pertencem a diversos segmentos culturais, da cultura erudita à cultura popular, das áreas de dança, teatro, música, artes plásticas e hip hop. Este terceiro momento possibilitou a crítica construtiva das políticas, pois, a partir do cotidiano e das relações interpessoais, podemos avaliar como está a implementação das políticas e até onde se chegou com elas, bem como quem está sendo beneficiado (ou não!) por estes processos.

Inicialmente é preciso também dizer que essa pesquisa assume um olhar fenomenológico do mundo, buscando a “descrição e a compreensão de todos os fenômenos de todas as realidades: materiais, naturais, ideais e culturais” (SERPA, 2007, p. 139). No processo de pesquisa o princípio da autonomia não pode ser negado, assumindo-o como “fundante de nossas práticas e de nossas ações, como princípio metodológico” (2007, p. 140). Autonomia aqui significa dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes na gestão desses processos, reconhecendo o saber popular como objeto de pesquisa, não hierarquizando os conhecimentos, mas tentando dialogar o conhecimento popular com o conhecimento acadêmico, já que “é na perspectiva da vivência e da experiência que a interação pode ser convertida em objeto, deflagrando processos identitários que estabeleçam a diferença como fundante” (2007, p. 138).

O principal instrumento metodológico utilizado nesta pesquisa foi a entrevista, associado a outros dois instrumentos, já que, segundo Lodi, “a entrevista sendo essencialmente um método de coleta de informação coexiste com outros dois métodos mais conhecidos: a observação e a documentação”(1974, p. 13).

Planejamento do Estado, um discurso?

A nova regionalização do Estado da Bahia, como já dito, visou à articulação das políticas estaduais no âmbito das diversas secretarias, a partir de uma mesma

regionalização. Benito Juncal, da Secretaria de Planejamento estadual (SEPLAN), coloca que antes “era um caos. Cada secretaria com suas coisas”. A escolha de uma nova regionalização, por território de identidade, está relacionada, segundo Juncal, a novos paradigmas, a uma preocupação com o sentimento de identidade e pertencimento regional/territorial da população baiana e a um momento governamental favorável:

Nós resolvemos adotar essa divisão pelo seguinte: divisões existem várias, qualquer divisão é válida e qualquer divisão é contestada. Não existe a divisão territorial perfeita, depende do foco que você tenha. Então nós adotamos porque era um movimento do governo federal e são os critérios de levar em conta essa parte ambiental, econômica, política, cultural etc. na composição, então era uma divisão mais sustentável, para você conseguir apoio e as pessoas se identificarem, terem a noção de território no seu dia a dia (Benito Juncal, Seplan).

É importante compreender que esse processo de regionalização é um movimento do governo federal, e que, para maior articulação e facilidade no relacionamento entre o estado e a federação, a Bahia aderiu ao modelo, como ressalta Juncal: “Outros Estados que não adotaram a divisão do MDA e fizeram uma divisão própria, voltaram atrás, como no caso do Ceará, do Pará etc., adotando a mesma divisão do MDA para poder facilitar”. Ou seja, quem não aderisse a essa nova regionalização teria dificuldades para aprofundar a relação entre as esferas estadual e federal.

Porém, o processo não foi apenas exógeno, houve discussão e diálogo na escala estadual, apesar de ter sido um pouco “atropelado” pela elaboração do Plano Plurianual de investimentos, como admite Juncal:

Quando a gente entra no governo, depois de quatro meses, você tem que entregar o Plano Plurianual (PPA) dos próximos quatro anos, e nós fomos a todos os territórios, discutir as prioridades de cada território, realizando uma audiência pública, a gente chamava, convocava, mandamos carta para todas as entidades que tinham se cadastrado, pois nós tínhamos um cadastro da região.

Essas audiências públicas, segundo o mesmo Juncal, “tiveram um total de dez mil pessoas. A média era de cada território com quinhentas ou seiscentas pessoas numa única reunião”.

Abrimos aqui um parêntese para questionarmos a participação da sociedade civil, em termos qualitativos, neste processo, ou se isso seria apenas um discurso do Estado. Segundo Souza, “há de se convir que, em uma sociedade midiática como a

contemporânea, esse arremedo espetacularizante de participação da sociedade civil pode ser tudo, menos destoante em face da despolitização e da confusão reinante” (2006, p. 154). Pergunta-se: a sociedade civil teve atuação e participação política ativa no processo? Não é de nosso interesse afirmar ou negar tal questão, mas pensar e analisar os fatos relatados nessa perspectiva.

São notórias as tentativas de chamar a sociedade civil para esse debate, visto que diversas conferências foram realizadas com esse intuito, mas até que ponto isso é um discurso, uma falácia? Teria a sociedade civil papel de intervenção concreta nesses espaços de discussão?

A Secretaria de Cultura da Bahia teve um importante papel nesse diálogo com a sociedade civil, pois, não por acaso, a SECULT foi uma das principais articuladoras em relação aos Territórios de Identidade. Benito Juncal observa que a “cultura é, de todas as políticas setoriais, a que mais abraçou essa questão territorial”. A adoção da regionalização por Territórios de Identidade está diretamente relacionada aos critérios adotados, com foco nos aspectos culturais; além disso, a SECULT surge no ano de 2007 (de acordo com o site oficial), juntamente com a nova regionalização. As políticas culturais adotam então novos paradigmas baseados no conceito de cultura, procurando romper com o modo usual do Estado de lidar com a questão. Segundo Chauí,

se examinarmos o modo como tradicionalmente o Estado opera no Brasil, poderemos dizer que, no tratamento da cultura, sua tendência tem sido antidemocrática. Não por ser o Estado ocupado por este ou aquele grupo dirigente, mas pelo modo mesmo como o Estado visou à cultura (2009, p.37).

Ângela Andrade, superintendente da SECULT no período 2007-2010, destaca que, no governo Wagner, a partir de 2007, a equipe absorve o mesmo conceito de cultura adotado no plano nacional:

Então houve essa mudança de paradigma nas políticas públicas, no sentido do Estado ter um papel na definição de políticas públicas, de não haver essa ausência do Estado dos governos anteriores, quando praticamente a política cultural ficou muito voltada para o FAZ CULTURA, para as empresas que entravam com recursos e que terminavam definindo, assim, para onde iam os recursos, com a renúncia fiscal. Outra vez, se assume a importância da cultura para o processo de desenvolvimento do País, para o processo de desenvolvimento local, e, como tal, fazendo parte da política estratégica do governo.

Compreendendo a perspectiva adotada pela SECULT, que, nas palavras de Andrade, se resume em “descentralização e democratização”, podemos observar que uma nova política cultural, de Estado e não de governo, foi gestada, com a criação de colegiados, fundos de cultura, conferências municipais, regionais e estadual, bem como de cargos de representantes territoriais da cultura. Outro processo dentro dessa lógica é a estadualização e a municipalização das políticas culturais, dando maior poder a essas instâncias de governo para definir e elaborar as políticas de desenvolvimento cultural. Um exemplo disso são os pontos de cultura, uma política federal, paulatinamente incorporada nos âmbitos estadual e municipal, como ressalta Ângela Andrade:

(os pontos de cultura) foram estadualizados, o ministério (MINC) começou a fazer um edital para o Brasil inteiro e depois viram que não davam conta, eles já tinham 700 pontos de cultura, e começaram a estadualizar. A Bahia foi a primeira, estadualizou em torno de 150 pontos de cultura, conveniados com o ministério, com mais 150 do novo convênio. É um novo momento, é o convênio direto com o município via governo federal, porque aí é possível o movimento regar completamente seu território, em função do que exista lá de talento, então nós acabamos de desenhar uma proposta com o município de Cairú no Baixo Sul, as comunidades vivem no entorno dos rios ou à beira-mar. São 12 comunidades e aí, depois de uma reunião, as 12 comunidades foram e a prefeitura aceitou fazer um acordo com o Ministério para mais 6 pontos de Cine Mais Cultura e 6 pontos de leitura para essas comunidades, porque tinham terminado de receber 5 centros comunitários que a plataforma de gás e petróleo tinha dado a pedido da comunidade, como contrapartida social, e a comunidade precisa movimentar esse contrapartida, já tem a infraestrutura nova, acabaram de receber, acionaram o ministro, que entrou em contato com a secretaria e a gente fez essa articulação. No dia seguinte, chegou à secretária de articulação institucional, Silvana Meirelles, e a prefeitura já fazia essa proposta de filiar os 12 pontos.

Outra questão importante, para Andrade, é a criação de uma rede de cultura: “eu tenho a missão, enquanto superintendente, de criar essa base, essa rede”. Ou seja, estabelecer pontos, nos territórios, de ligação, de troca, que abranjam todo o Estado, seus 417 municípios, através dos representantes territoriais e culturais, dos colegiados, do fórum de cultura, das universidades federais e estaduais, e dos dirigentes culturais dos municípios. Essa rede permite que as ações da SECULT cheguem ao Estado como um todo, com o objetivo de descentralizar e democratizar tais políticas. Esse é o discurso da SECULT.

A principal forma da descentralização dos recursos na área cultural tem sido a política de editais da secretaria. Vários formatos de editais já foram apresentados, com

diversos montantes, especificidades e áreas temáticas, com cotas territoriais. Uma crítica realizada pela própria superintendente, Ângela Andrade, e por outros entrevistados, é relativa à burocracia para concorrer a tais editais. Retornaremos mais à frente a essa discussão. Aqui é importante frisar o novo modelo de política, que coloca o Estado como articulador e estimulador da cultura, não deixando apenas nas mãos dos grandes empresários a definição de suas diretrizes e metas.

Dirigentes municipais ou ativistas culturais?

Nesta seção vamos analisar, a partir da perspectiva dos dirigentes municipais e da representante territorial da SECULT, o funcionamento das políticas de desenvolvimento territorial e cultural, tendo como estudo de caso o território de Vitória da Conquista (figura 1).

Vitória da Conquista é um território de identidade considerado pelos técnicos planejadores entrevistados como “problemático”, por ser um território polarizado pelo município de Conquista, e por não estar, ainda, “muito organizado”. Para Juncal, da SEPLAN:

Conquista tem certa organização, mas o colegiado territorial não é muito organizado. Até porque a região de Conquista tem uma característica curiosa: ela é unipolar, o município-pólo é tão grande com relação a seus vizinhos, que parece que o que está próximo não existe. Só existe Conquista. Conquista atrai tudo.

Essa polarização exercida por Conquista é criticada também pelo fato de, na regionalização recente, o território ter recebido o nome do município-pólo. Patrícia Moreira, representante territorial da cultura no Território de Vitória da Conquista, diz que para os outros municípios o processo de regionalização foi de “cima para baixo”, em suas palavras:

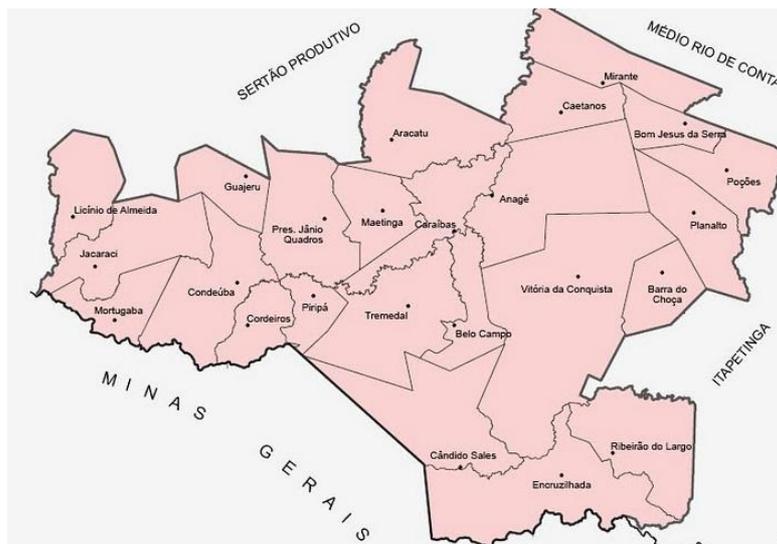


Figura 1 - Território de Vitória da Conquista

Fonte: Perfil do Território de Identidade de Vitória da Conquista, Conferências Territoriais, Secult, 2009.

Agora o que vejo é que eles entraram num barco que já estava há muito tempo andando, e não puderam escolher e discutir, não houve uma discussão, eles questionam isso, eles questionam o próprio nome do Território, por que Vitória da Conquista? Só porque Vitória da Conquista é o município maior, tem a maior índice, mais dinheiro, é o mais importante? É questionado isso, por que não o território ter outro nome, que não seja de um município do território, é um questionamento que existe e que entra essa questão cultural, o que eu acho bastante plausível e concordo (Patrícia Moreira, representante territorial da SECULT).

Ao mesmo tempo em que há o questionamento, é possível vislumbrar a existência de uma identidade cultural regional, que abrange todo o território de Vitória da Conquista. João Omar Carvalho Melo, coordenador de cultura do município de Conquista coloca que “a cultura do município tem um conteúdo vasto e às vezes não é tão característica do nosso lugar, mas é de uma região, uma cultura que expressa muito mais a região que a cidade”.

Quando assumiu o cargo, Moreira coloca que a equipe estava voltada, no primeiro ano,

para ir aos municípios, conversar com as prefeituras, falar da possibilidade da assinatura de um protocolo de intenções com o Estado. Esse protocolo de intenções está totalmente relacionado à criação do sistema de cultura municipal, em concordância com o sistema estadual, queríamos ajudar esses municípios a instituir esse sistema através do Plano de Cultura, através do Fundo, do Conselho de Cultura, de que forma eles poderiam fazer isso.

No território de Vitória da Conquista o protocolo de intenções foi assinado por 20 dos 24 municípios; quatro municípios não assinaram o protocolo, segundo Moreira, por motivos diversos.

Todas essas mudanças geram ainda insegurança e incerteza quanto à concretização desta política. João Omar considera

que todo o processo que estamos construindo pode cair por terra, a depender do governo estadual, um processo assim é tão amplo que passa por reuniões setoriais, pelas conferências, pelos seminários municipais, depois, estaduais e nacionais, para depois começar a ter um espectro de demandas culturais no país, para que então o plano venha a se institucionalizar, de uma forma mais lógica, pensada e discutida, a partir das necessidades que são reais, e não pensadas por dirigentes, demandas pensadas pela classe, pelos artistas.

É importante compreender a complexidade e as dimensões escalares de inserção de tal processo. Conferências, seminários e reuniões nas escalas municipal, regional, estadual e nacional já ocorrem desde 2008. Marcos Dias, coordenador de cultura de Barra do Choça, tece uma crítica a partir de sua experiência como dirigente municipal de cultura:

No município nós não vimos muitos avanços, nós compreendemos que há atenção, mas não vimos muitos avanços, fica muito no discurso, tanto que a gente vai para os encontros e quando a gente volta, a gente fica naquele constrangimento do que fomos fazer lá, e se vamos fazer algo a partir daquele encontro ou daquela reunião, nós vemos que não conseguimos fazer nada, a gente fica naquela de esperar, de esperar mais um pouco.

Pergunta-se: a iniciativa dos encontros já proporciona descentralização e democratização, ainda que limitadas? O secretário da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista, Gildelson Felício, que foi também o primeiro coordenador geral do Fórum de dirigentes municipais de cultura da Bahia, observa que “o governo e especialmente o ex-secretário Marcos Meirelles estão de parabéns com toda a sua equipe, pois inauguraram na Bahia um novo modelo, que abriu a discussão e provocou os municípios e os diversos prefeitos e secretários municipais para discutir a questão cultural na Bahia”.

Algumas dificuldades são levantadas pelos dirigentes como principais empecilhos para as ações da secretaria, ou do departamento, em relação à cultura: a

escassez de recursos e a burocratização dos editais. Gildelson Felício coloca que “a principal dificuldade é a limitação de orçamento, não é um problema de Vitória da Conquista, mas do Brasil, seja do Ministério da Cultura, da secretaria estadual, é sempre um limitador a questão orçamentária”. A questão dos recursos é, para Dias, o principal problema, mostrando uma fragilidade da política e a necessidade de criação de um fundo específico para a cultura no município de Barra do Choça.

Com relação aos editais, Patrícia Moreira admite que os agentes culturais

ainda têm dificuldades, eles acham que têm que desburocratizar mais, tornar essa burocracia menos nociva a eles, porque eles têm dificuldades, por serem municípios que muitas vezes não têm universidade, não têm um ponto de apoio para poder estar trabalhando com esses editais (...) a maior dificuldade é a elaboração do projeto, eu acho que tem que atacar mais isso aí, trabalhar mais na capacitação das pessoas, tornar essa burocracia menos desgastante, porque é muito cansativo, desburocratizar ajudaria muito.

É importante o entendimento desta dificuldade porque ela interfere diretamente em uma questão chave desta política que é a descentralização: Como descentralizar recursos, se a principal forma de distribuir é através de editais?

A descentralização da política, da capital para o interior, já pode ser percebida, ainda que timidamente, para os entrevistados do território de Vitória da Conquista, mas muitos consideram que ainda não há a descentralização dentro do próprio território, como ressalta Valdemir Ferreira, coordenador de cultura do município de Poções: “Eu acredito que houve uma descentralização no Estado, mas, na região de Conquista, eu não acredito que houve essa descentralização”. Já para o coordenador de cultura de Vitória da Conquista, João Omar Melo, a descentralização “é evidente, eu assino em baixo desta descentralização, haja vista a grande quantidade de projetos que passaram aqui por Conquista, você vê inúmeros projetos passando por aqui, na realidade estamos sendo beneficiados exatamente por essa descentralização de recursos”. Por outro lado, Valdemir coloca o papel centralizador de investimentos exercido por Conquista: “projetos e tudo mais acontecem em Vitória da Conquista, eu acho que deveria parar um pouco de tudo acontecer em Conquista e levar para as pequenas cidades do interior também”. Marcos Dias concorda com Valdemir e afirma que a descentralização ocorre da capital para o interior, mas somente para as cidades maiores:

Há sim, a descentralização de Salvador, a gente vê que vem descentralizando bastante nestes editais que vieram para o interior, e foram contemplados, essa

hegemonia já está se perdendo um pouco, mas de Vitória da Conquista a gente ainda não vê, não. A gente vê a centralização, por ser um município maior, por ter pessoas mais experientes nesta questão de escrever projetos, desta própria organização de conselho, como entidades e ONGs que ajudam nesta captação de recursos, então eles conseguem captar recursos para suas atividades culturais mas nos demais municípios a gente não vê isso (Marcos Dias, coordenador de cultura em Barra do Choça).

É notória a diferença entre os olhares dos dirigentes municipais de Conquista e dos dirigentes das cidades menores, caso de Barra do Choça e de Poções, o que demonstra que a política cultural não tem o mesmo rebatimento em todo o Território. Nos municípios menores outras dificuldades foram ressaltadas, como a questão da articulação. O mesmo Marcos Dias aponta que

As dificuldades são relativas à questão da organização, da atenção e da falta de mecanismos como forma de potencializar essa organização, nós participamos de conferências, dos fóruns, mas as informações ainda chegam mecanizadas, não chegam da forma “vamos fazer”, tem muita burocracia, o que termina atrasando um pouco o nosso processo de organização, como a criação do próprio conselho, e do próprio fundo, do plano municipal, a gente termina esbarrando nestas questões burocráticas, o que dificulta um pouco esse avanço. Nós sabemos que a cultura está encaminhando na questão do sistema nacional, mas para isso os municípios precisam estar todos organizados desta forma, a gente entende isso, mas temos essa dificuldade de conseguir assimilar tudo, pra gente cuidar primeiramente do nosso município nesta questão da institucionalização, para que a gente possa avançar mais.

A burocracia novamente é vista como impedimento e atraso para todo o processo. Até mesmo para o município de Conquista, já que, segundo o secretário da Cultura, essa burocracia atrasou o desenvolvimento da política cultural: “acho que a Procuradoria do Estado travou muito a Secretaria de Cultura e limitou a saída desse recurso através da burocracia dentro de seus editais, e isso foi muito limitador para o avançar da política”.

Há uma tendência nessa política de institucionalizar os grupos de cultura, algo que pode provocar uma seleção segregacionista, pois o processo de institucionalizar necessita um conhecimento específico, além de não prescindir de um advogado e ter um custo elevado para abrir firma, reconhecer assinatura, autenticar documentos, entre outros procedimentos. João Omar tem uma colocação muito pertinente a respeito:

Fechando dentro de minha experiência, da visão artística, de institucionalizar, não se institucionaliza as artes, pode-se criar instituições que venham a gerar

recursos, ou uma produção a, b ou c, mas, a meu ver, é chocante você institucionalizar a capoeira, institucionalizar um terno de reis.

Vistos alguns pontos colocados pelos dirigentes municipais, relativos à implementação da política cultural, cabe agora compreender como eles compreendem seu papel nesses processos. Para Gildelson Felício, secretário da Cultura de Conquista, o papel principal da secretaria

é fazer essa diferença, para que as pessoas sejam os atores da construção do processo artístico, seja como ativista ou enquanto consumidor de cultura, é dar uma boa educação à comunidade, principalmente driblando e confrontando a mídia oficial. A gente acha que a secretaria tem que estimular, valorizar, tem que construir eventos, a cidade tem que vivenciar a cultura, mas não é função de uma secretaria de cultura dar manutenção da sobrevivência dos artistas.

Já para Valdemir Ferreira, coordenador de cultura do município de Poções:

Nossa função primordial é coordenar e organizar, estabelecer uma ordem cultural, o que quer dizer essa ordem cultural? Quer dizer: interagir, dar mecanismos para que o artista, individual ou em grupo, possa desenvolver seu trabalho, não só através de organizar eventos, mas dando subsídio de orientação de como organizar projetos e de como estabilizar seu grupo.

Marcos Dias, de Barra do Choça, entende que o papel do dirigente ultrapassa as questões do departamento:

Para fazer cultura hoje a gente precisa ser mais que dirigente, temos que ser militantes, mais militantes do que dirigentes, temos que fazer de tudo, limpar um palco, fazer uma contratação, a questão da autorização, porque o setor de cultura não tem todo o aparato para dar essa assistência, a gente acaba fazendo mais um papel de militante, de ativista, do que de coordenação mesmo, não dá para ficar esperando as coisas acontecerem (grifos nossos).

A compreensão dos dirigentes a respeito de suas funções está de acordo com o plano das políticas culturais, dentro da ideia de articular e ser uma ponte entre os artistas/agentes culturais e o Estado; por outro lado, eles assumem também uma postura para além do Estado, como idealizadores e participantes da construção do sistema de cultura nos municípios.

O diálogo com os artistas/agentes culturais nos parece mesmo fundamental, mas como vem ocorrendo esse diálogo? O diálogo com a SECULT e com os artistas? Novamente o rebatimento é diferenciado, o diálogo não ocorre da mesma forma nos

diferentes espaços. O fator distância em relação ao município-pólo parece relevante para a intensidade e o alcance desse intercâmbio. Segundo Dias, o diálogo com a SECULT, no município de Barra do Choça,

está sendo bom, devido às vídeo-conferências, no caso eu estou próximo de Vitória da Conquista, que é o pólo, a gente tem essa facilidade por estar próximo a Vitória da Conquista, tem esse diálogo constante nas conferências, no próprio fórum, mas eu sei que essa facilidade que a gente tem por estar próximo a Vitória da Conquista, outros municípios que estão mais distantes não têm, para mim eu posso dizer que está bom, mas eu sei que em outros municípios não está (grifos nossos).

A dificuldade de diálogo nos parece prejudicial e também limitadora para o alcance da política, mas não há como negar que existe uma iniciativa de intercâmbio, ainda que com interferências e limitações. Patrícia Moreira, a representante territorial da SECULT no território de Vitória da Conquista, nos conta que visitou todos os municípios logo que passou a ocupar o cargo. Ela afirma que a comunicação existe, mas que também é limitada pela falta de meios de comunicação, já que a internet ainda não é uma realidade em todos os municípios baianos, sendo esta a principal forma de comunicação utilizada pela Secretaria. Valdemir Ferreira, coordenador de cultura de Poções, conta que “ocorre uma maior facilidade, porque antes você chegava e não tinha acesso a secretarias, hoje é mais fácil, hoje você sabe em qual departamento quer discutir determinado assunto, hoje você tem acesso, a secretaria estadual melhorou bastante”.

Com os artistas o diálogo parece ser mais promissor, ainda que em alguns municípios esse diálogo não exista ou é deficitário, como no caso de Poções. O mesmo Valdemir, ao ser confrontado com essa questão, coloca que não sabe “porque Poções ficou muito tempo sem representantes e tem poucos meses que estou à frente disso, porque os artistas já conhecem a realidade de Poções, o que quer dizer, os artistas não acreditam na política cultural que existe aqui”. Já para Dias, de Barra do Choça:

Entre o departamento de cultura e os artistas, e às vezes o gestor, a gente tem um diálogo bem aberto, esse convívio constante com os artistas, a gente está sempre com as portas abertas recebendo todos os artistas, conversando, temos um diálogo bom, tem abertura na questão de valores, investimentos, costuma-se sempre dialogar com eles, a questão do fundo, de como vai gastar, a gente é bem claro.

Durante todas as entrevistas realizadas com os dirigentes municipais ficou claro que a vida cultural das cidades acontece independente das políticas públicas, como podemos constatar nessa fala de Gildelson Felício:

Eu acho que o movimento artístico caminha independente, é claro que o município pode fazer mais e sempre ser um indutor destas ações artísticas. Mas independente do município estar financiando, tem muito trabalho voluntário artístico que vale à pena sempre ser destacado nas artes plásticas, no teatro, na literatura, no vídeo. A cidade está ficando cada vez mais rica do ponto de vista de sua diversidade cultural (grifos nossos).

A riqueza cultural nos municípios analisados foi destaque em todas as falas, com ênfase para as manifestações populares como ternos de reis, capoeira, mas também para manifestações artísticas como a dança, o teatro, a música e o hip hop. Sobre o hip hop, Marcos Dias tece um comentário interessante, referente ao intercâmbio territorial que tal manifestação realiza em Barra do Choça:

Eu vejo a interação maior com a questão do hip hop, ele está bem organizado aqui e interage bastante com outros municípios mais próximos, só que são grupos que estão à margem, mas estão organizados. Não têm a informação da política territorial, mas estão fazendo o intercâmbio cultural, esses grupos de hip hop vão para dar uma força, apresentar seu trabalho, mesmo com as dificuldades, mas vão e promovem e realizam as ações.

Agentes da cultura: uma prática (cultural) independente da política do estado?

Na última parte deste artigo procuraremos responder as questões colocadas, assim como tecer críticas construtivas ao processo de regionalização e implantação das políticas de desenvolvimento cultural, a partir do ponto de vista dos agentes culturais, responsáveis pela vida cultural no Território de Identidade de Vitória da Conquista. Analisaremos como tais agentes vêm essas políticas, assim como fazem para se adaptarem a ela.

No quadro 1 podemos constatar o universo diferenciado que corresponde aos agentes culturais entrevistados: essa diversidade abrange tanto a área de atuação, como, também, se foram ou não contemplados pelos editais da SECULT, com um total de oito agentes/grupos contemplados.

O acesso dos agentes às políticas culturais é bem diferenciado, principalmente para aqueles de Vitória da Conquista, quando comparados aos dois municípios menores. Mas, nas entrevistas, encontramos em muitas falas a percepção de que existe uma melhora nas políticas, ainda que pequena, como nos explica César:

Melhorou bastante, porque há um tempo atrás tudo que se conseguia era em Salvador, as verbas que surgiam eram de Salvador, e, de uns tempos pra cá, o governo começou a destinar boa parte da verba para o interior do Estado, e isso movimentou muito o interior, não só meu grupo, mas vários outros grupos, outras iniciativas para fazer montagem têm tido uma grande repercussão no interior.

Quadro 1: Agentes culturais entrevistados

Entrevistados	Área de Atuação	Município	Contemplado por editais
Rominho, Teatro Caroa	Teatro	Poções	Sim
Alexandro, 5contra1	Música	Poções	Não
César	Teatro	Vitória da Conquista	Sim
Jeane Mary	Teatro	Vitória da Conquista	Sim
Gildásio Leite	Teatro/ Cinema	Vitória da Conquista	Sim
Elsinho	Música	Poções	Não
Datacena	Artes plásticas	Vitória da Conquista	Não
Murilo	Teatro	Barra do Choça	Sim
Lucas	Teatro	Vitória da Conquista	Sim
Paulo	Teatro		Não
Rogério e Sandrinha	Capoeira	Poções	Sim
Rogério	Hip Hop	Poções	Não
Rogério	Hip Hop	Barra do Choça	Não
Sabiá	Artista	Vitória da Conquista	Não

	Plástico		
Keila	Dança	Barra do Choça	Não
Josué	Filarmônica	Vitória da Conquista	Sim

Elaboração: Júlia Monteiro (2011)

A centralização das políticas culturais na Bahia, em Salvador, e, no Brasil, no eixo Rio-São Paulo, foi também bastante comentada nas entrevistas, como na fala de Gildásio Leite:

Sempre foi difícil na Bahia e no Brasil esse desdobramento. Todas as áreas e todas as linguagens são muito específicas nos grandes centros e o interior é sempre província, como a Bahia é província da matriz, da matriz Rio-São Paulo, em menor escala, em todos os sentidos, é o que rola aqui com relação a Rio-São Paulo, nós vivemos numa província, mesmo com resultado muito bom no processo criativo.

Mas as políticas de editais e de pontos de cultura foram referenciadas como mudanças nesse cenário, e como abertura das políticas culturais para o interior. Jeane Mary, atriz contemplada por editais, coloca que “pela primeira vez a gente observa que há uma forma de fazer cultura mais próxima das pessoas que estão distantes”. A mesma entrevistada ressalta a importância das conferências e dos fóruns de discussão, para construção da política cultural. Há, porém, muitas falas que expressam a ausência desta política nos municípios, como nos diz Rogério, militante e integrante do hip hop de Barra do Choça: “Pra gente, ele (Estado) não contribui quase nada, de 100% que ele pode contribuir com a gente, não é nem 1%, a gente é que faz o corre-corre, porque se esperar por esse pessoal aí, a gente fica parado”. Rominho, membro do teatro Caroa, também direciona sua fala nesse sentido: “Infelizmente, Poções é um lugar que parece estar esquecido, eu acho que o pessoal esqueceu da cultura aqui”. Alessandro, integrante da banda 5contra1, do mesmo município, coloca que “aqui as coisas não funcionam, aqui pra gente não funciona, se tem alguma coisa, algum órgão direcionado a isso, nós nunca tivemos acesso”. A falta de acesso e de ações pró-ativas nesses municípios é, portanto, nítida nas falas desses agentes. Resumidamente, nas palavras de Rogério, do movimento hip hop, de Poções,

Basicamente não existe, a política territorial aqui é péssima, cultural, a gente não tem referência nenhuma de cultura, nem no aspecto físico e nem referência nenhuma de cultura aqui na cidade, a gente não tem um

representante cultural, a gente não tem para quem recorrer, então é péssima essa política de desenvolvimento territorial e cultural.

A percepção da ausência da política cultural em alguns municípios se reflete também no diálogo dos agentes culturais com o Estado. Rominho, do grupo Caroá, coloca que “a gente não tem contato, nenhum contato”; Elsinho nos conta que existe um pequeno contato, mas “ainda não é o necessário”; já para Datacena a comunicação é bem avaliada: “Eu tenho recebido muitos e-mails, em questão de comunicação é muito boa”. Gildasio Leite, por sua vez, tece críticas ferrenhas sobre o diálogo/a comunicação:

Na verdade não há diálogo, não há um desdobramento e interesse da esfera oficial de governo, de secretaria, com essas experiências desenvolvidas no interior, se eles estão usando isso, eu desconheço, e a partir do momento que você é contemplado, e realiza o projeto e comprova o que foi realizado, você praticamente é isolado do conhecimento deles.

Ao que parece, a intenção e a frequência do diálogo são ainda muito incipientes. Outros entrevistados também colocam que há falta de diálogo, ou que o diálogo é estabelecido apenas através dos editais. Algo muito preocupante, para uma política que se diz participativa, e que trabalha em rede, se pensarmos na rede como ligações entre pontos: se não há ligações, não pode haver uma rede!

Analisemos agora a política de editais na perspectiva dos agentes culturais. A princípio há uma boa aceitação desta política, como no caso de Rogério, de Barra do Choça: “Eu acho muito legal porque isso aí está dando muitas oportunidades, teve vários grupos que foram contemplados, acho muito legal isso aí, tem que prosseguir com essa forma”. Mas Gildasio Leite chama atenção pelos valores limitados dos editais:

Bem, a princípio é positiva, mas é muito escassa, muito limitada, por exemplo, o MINC desenvolve projetos interessantes a nível nacional, mas nunca comparado ao que é aqui na Bahia, aqui as verbas são muito baixas e às vezes um projeto é idealizado, mas você fica limitado a poucos recursos, pra você desenvolver esses projetos. Então, o dinheiro é muito curto, são muito poucos esses incentivos Estaduais.

Josué, da filarmônica de Conquista, diz que ainda é pequeno o número de editais, em suas palavras, “precisa abrir mais, do que está fazendo, ainda está fechado, precisa de um apoio maior, neste sentido ainda está pouco”. A questão do acesso é

também mencionada por Daiana, do hip hop de Poções: “A gente não tem acesso aos editais”. A burocracia, para Datacena, “emperra muito, é tanta coisa, é tanta nóia (sic), é tanta licença, tem que ter autorização de não sei o quê, é tanta coisa que o artista acaba desistindo”. O edital de microprojetos, que permitia a inscrição de pessoas físicas, teve maior aceitação, e, em várias entrevistas, foi citado como um modelo para ampliar o acesso, já que a burocracia era bem menor, e o artista/grupo não precisava ser instituição, ou seja, o movimento cultural não institucional também teve acesso a esses recursos. Murilo, de Barra do Choça, contemplado por esse edital, elogia a iniciativa: “O microprojeto foi um avanço incrível. Eu particularmente adorei, por tudo isso que eu te contei, passou a contemplar outros projetos, bons projetos que não têm essa formalidade para apresentar nos editais normais”.

A questão da institucionalização dos grupos culturais está, portanto, interligada com o acesso aos editais, o que já foi discutido na perspectiva dos dirigentes. Os agentes culturais também falam nessa mesma perspectiva, como Murilo, de Barra do Choça: “Se a gente fizer um CNPJ ou institucionalizar, a gente vai ter esses gastos, e não sei, eu acho que não vamos ter recursos para poder estar mantendo”. Entre os entrevistados, alguns já são institucionalizados, outros não, e alguns nem têm a pretensão de se institucionalizar, por não compreenderem o processo e/ou por não achar que a arte deva ser institucionalizada. Segundo Souza (2006, p. 456), “por isso, pensar somente nos termos da política formal-institucional é um equívoco: quem achar que ‘tomou’ o Estado foi ou será, isso sim, por ele ‘tomado’”.

Considerações finais

A cultura e as manifestações populares representam resistência, tradição, identidade e arte. A atuação dos agentes culturais, sujeitos de nossas pesquisas, se mostra independente das políticas públicas (não que essas não sejam importantes), passadas de pai para filho, resgatam identidades, representam a força, a união e a articulação da sociedade, expressando suas angústias, seus questionamentos, seus valores. Durante toda a pesquisa constatamos que os lugares pesquisados são “celeiros de artistas”, ricos em tradições e manifestações populares, cultura e arte se reverberando nos espaços com a força de seus agentes. Sandrinha, como uma boa capoeirista, nos

canta a ladainha: “*Cultura é uma arte que mexe com o corpo e com a cabeça, faz o pobre virar nobre, faz com que o mundo cresça*”.

Os atuais processos de regionalização e de implementação de políticas culturais suscitam diferentes opiniões entre os agentes envolvidos, o que é positivo, fortalecendo e provocando mudanças no processo. Desse modo, o Território de Vitoria da Conquista se afirma e se contradiz na medida em que os agentes tomam consciência de suas funções e suas identidades, o fortalecimento da cultura regional se dando para além das políticas públicas, com a atuação da sociedade e dos artistas que valorizam e mantêm a cultura viva. As políticas e o sistema de cultura, apesar das dificuldades levantadas, devem permitir, com o tempo, o exercício de uma “cidadania cultural” como assegura João Omar: “Esse sistema não pode amedrontar, tem que fazer esse papel de aproximação”. Para ele, deve-se aproximar a sociedade, os artistas, o Estado num diálogo pró-cultura.

Contudo, devemos compreender que, como nos lembra Souza, “diversamente de projetos político-sociais de corte autoritário, o projeto de autonomia não pode ser ‘importado’, muito menos imposto, e, em nome da coerência, terá de ser, em qualquer lugar e em qualquer tempo, adaptado e ‘reinventado’ por cada coletividade concreta sem perder de vista sua própria cultura e história” (2006, p. 396), de modo a alcançar a democracia participativa e a descentralização dos recursos destinados a cultura, tão propagadas pelo discurso do Estado.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. Coleção Cultura é o quê? Volume I. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. 68 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DI LAURO, Aluztane; EVANGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano; PASSOS, Ana Lúcia Santos. Territórios de Identidade no Brasil: Uma Análise Teórica e Metodológica no Estado da Bahia. In: **Anais do EGAL 2009**, ISBN: 978-9974-8194-0-5.

LODI, João Bosco. **A entrevista: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1974. 174p.

SERPA, Angelo. Metodologia sem hierarquia. In: SERPA, Angelo (Org.). **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007. 304 p.

SERPA, Angelo; BORGES, Sérgio; ARAÚJO, Henrique; MONTEIRO, Júlia. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural: Articulação de escalas geográficas e regionalização institucional no Estado da Bahia. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR - Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias, 2011, Rio de Janeiro. **Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR/UFRJ/UFF, 2011, p. 1-20.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

Site visitado:

<http://www.secult.220i.com.br/secretaria/historico>

Recebido para publicação em agosto de 2011.
Aprovado para publicação em setembro de 2011.